tintas das que subjazem a um grupo populacional mais restrito, mais homogêneo, em suma, qualitativamente não coincidente» como referido no acórdão, que a liberdade do voto individual que se procura acautelar a cada eleitor deve desaparecer, na construção da vontade do conjunto.

O exercício do direito de voto é individual e pessoal (artigo 49.º, n.º 2, da Constituição), não é um voto orgânico ou corporativo que se dilui no substrato pessoal da pessoa coletiva. Por via da interpretação feita pelo Tribunal Constitucional no presente Acórdão, o direito fundamental de cada um dos residentes na freguesia agregada participar livremente na eleição dos titulares dos cargos políticos, que a Lei n.º 46/2005 pretende assegurar, é menos protegido do que o direito dos residentes das restantes freguesias, sem que haja justificação bastante.

Tendo o legislador avaliado como tempo limite de permanência no mesmo cargo executivo autárquico três mandatos consecutivos, ignorar — para efeitos de permissão da sua candidatura, ao abrigo do artigo 1.º da Lei n.º 46/2005, de 29 de agosto — que a freguesia onde o candidato exerceu o cargo se encontra agregada na nova freguesia para a qual agora se candidata mais uma vez, significa, afinal, permitir uma quarta candidatura sucessiva à mesma circunscrição eleitoral (o mesmo candidato para o mesmo universo de eleitores). Se a pessoa que ocupa o cargo de presidente do órgão executivo que preside à autarquia onde o eleitor residiu e reside (seja a união de freguesias atual, seja a freguesia agregada anterior) é e poderá continuar a ser, de facto, a mesma, então o objetivo de evitar a pessoalização do poder é frustrado. Uma tal solução frustra o propósito visado pela norma e traduz uma interpretação da lei que não corresponde ao seu espírito.

A interpretação que ignora a materialidade prévia e subjacente à agregação de freguesias conduz, portanto, a uma solução que obriga o legislador a tolerar «uma definição de justiça que considerou errada e, por considerar errada, procurou corrigir» — nestes casos, o decisivo, «é a estrutura compreensiva da norma e a sua intenção; caso contrário, seriam os factos a obstaculizar os princípios e não estes a conformar os factos», nas expressivas imagens de MARIA DA GLÓRIA GARCIA, em parecer emitido no âmbito de aplicação da lei de limitação de mandatos dos titulares de órgãos políticos, ainda que tomando por base cargo diferente do aqui em apreciação (O DIREITO, Ano 143.º, 2011, V, p. 1142 e 1144).

10 — Como argumento adicional hipotético, mas impressivo, imagine-se a situação oposta à agregação: determinada autarquia é dividida em duas. Nesse caso, formalmente também estaríamos perante entidades novas, pelo que também se poderia usar o argumento de que, por esse motivo, seria possível a recandidatura para além do limite. No entanto, a *ratio* da norma claramente indica que a limitação de mandatos ainda assim deveria ser aplicada. O mesmo se teria de concluir numa situação em que, por absurdo, uma autarquia é extinta e recriada, com a mesma delimitação geográfica mas apenas com designação diferente: apesar de ser uma entidade nova, o que é relevante para a aplicação da limitação de mandatos é a coincidência de território e de comunidade de eleitores sob os quais o mandato vai ser exercido.

11 — Tendo em conta o exposto, resta salientar que a solução legal exposta não traduz interpretação “extensiva” do artigo 1.º da Lei n.º 46/2005, nem contraria qualquer comando constitucional. Antes resulta da interpretação da norma em causa, realizada no respeito pela *ratio* da lei.

Maria de Fátima Mata-Mouros.

207260105

Acórdão n.º 508/2013

Processo n.º 790/13

Acordam, em plenário, no Tribunal Constitucional

I. Relatório

1 — Nos presentes autos, vindos do Tribunal Judicial de Vila Verde, em que é recorrente o Partido Socialista, foi interposto recurso, ao abrigo do artigo 31.º da Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais (LEOAL), da decisão final relativa à apresentação de candidatura à Câmara Municipal de Terras de Bouro e à Assembleia de Freguesia de Moimenta.

2 — Na sequência de impugnação deduzida pelo Partido Socialista, foi decidido, em 16 de agosto de 2013, que «atendendo a que Manuel João Sampaio Tibo é candidato a órgãos autárquicos diferentes não se mostram verificadas irregularidades» (fls. 261 a 263). É o seguinte o teor da decisão:

«Liliana Clementina Machado Sousa, na qualidade de mandatária da candidatura do Partido Socialista veio invocar a irregularidade da candidatura do cidadão Manuel João Sampaio Tibo, como n.º 4, à Câmara municipal de Terras de Bouro pela coligação PSD/CDS-PP, alegando que a pessoa em causa é também cabeça de lista do Movimento Independente à eleição da Assembleia de Freguesia de

Moimenta, concelho de Terras de Bouro. Conclui que tal candidatura viola o artigo 16.º n.º 6 da Lei n.º 46/2005, de 29-08.

Notificada a mandatária da lista apresentada pela Coligação PPD/CDS-PP veio responder, pugnando pela improcedência da impugnação.

Para tanto alega, em síntese que:

— As inelegibilidades especiais estão previstas no artigo 7.º da Lei Eleitoral, sendo que no caso concreto não se aplica qualquer uma delas;

— O artigo 16.º n.º 6 da Lei Eleitoral tem como propósito estabelecer as normas aplicáveis à apresentação de candidaturas a cada um dos órgãos das autarquias locais, pelo que, sendo Manuel Tibo candidato, por uma lista à Assembleia de Freguesia de Moimenta e por outra lista à Câmara Municipal de Terras de Bouro, não se aplica o artigo em causa.

Cumpra pois decidir.

Mostram-se apurados os seguintes factos com relevância para a decisão da questão em litígio:

— Manuel João Sampaio Tibo foi indicado como primeiro candidato à Assembleia de Freguesia de Moimenta, concelho de Terras de Bouro pela lista «Moradores Independentes de Moimenta»;

— Manuel João Sampaio Tibo foi indicado como candidato em quarto lugar efetivo à Câmara Municipal de Terras de Bouro pela lista «Coligação Juntos por Terras de Bouro — PPD/PSD e CDS/PP».

Analisando os factos.

Dispõe o artigo 16.º da Lei n.º 1/2001, de 14-08:

[...]

Defende a mandatária da Coligação PPD/PSD — CDS/PP que a norma invocada tem como propósito estabelecer as normas aplicáveis à apresentação de candidaturas a cada um dos órgãos das autarquias locais, entendimento que sufragamos pelas referências feitas no próprio artigo nos seus ns. 1 e 3.

Atendendo a que a situação em causa não está prevista como uma inelegibilidade, pelo que nunca seria possível rejeitar tal candidatura com esse fundamento, e inexistindo irregularidades a apontar, concluímos pela improcedência do requerimento de folhas 252».

3 — Deduzida reclamação, ao abrigo do artigo 29.º, n.º 1, da LEOAL, foi a mesma indeferida, «até por, nesta instância, estar esgotado o poder jurisdicional, mantendo-se o duto despacho de fls. 261 a 263».

4 — Foi então interposto o presente recurso, mediante requerimento com o seguinte teor:

«Eu, Liliana Clementina Machado de Sousa, na qualidade de mandatária das candidaturas do Partido Socialista no concelho de Terras de Bouro, apresentei no tribunal da Comarca de Vila Verde uma reclamação e, posteriormente, um pedido de reapreciação, que foram indeferidos, sobre a candidatura de **Manuel João Sampaio Tibo**, número quatro da Lista da coligação PSD/CDS-PP à Câmara Municipal de Terras de Bouro (Proc. C.M.T.B. — 951/13.2 TBVVD), que é também o cabeça de Lista do Moradores Independentes de Moimenta (Grupo de Cidadãos Eleitores) à eleição da Assembleia de Freguesia de Moimenta, concelho de Terras de Bouro (Proc. Moimenta — 954/13.8 TBVVD). Ora, segundo o ponto 6 do artigo 16.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, “Ninguém pode ser candidato simultaneamente em listas apresentadas por partidos diferentes possa ser proposto, mesmo para órgãos autárquicos diferentes, por partidos, coligações ou grupos de cidadãos.”

Foi colocada à CNE a seguinte questão: Dentro do mesmo município posso ser simultaneamente candidato à câmara municipal e a uma assembleia de freguesia?

Resposta: **Sim, desde que as listas sejam apresentadas pela mesma entidade proponente (partidos políticos, coligações e grupos de cidadãos)**. No caso em apreciação, o mesmo candidato é proposto para a Câmara Municipal por uma coligação (PSD/CDS-PP) e para a Assembleia de Freguesia por um grupo de cidadãos eleitores.

Solicitamos, por isso, ao tribunal constitucional a retificação desta situação.»

5 — Notificada para o efeito, a mandatária da coligação “JUNTOS POR TERRAS DE BOURO — PPD/PSD e CDS/PP” respondeu o seguinte:

«XIII.

Cumpra-nos agora analisar o preceito legal — n.º 6 do artigo 16.º da LEOAL — invocado pela Mandatária do Partido Socialista para impugnar a candidatura do cidadão eleitor Manuel João Sampaio

Tibo na lista da “COLIGAÇÃO JUNTOS POR TERRAS DE BOURO — PPD/PSD e CDS/PP” à Câmara Municipal de Terras de Bouro.

XIV.

O artigo 16.º da LEOAL, integrado no Capítulo II, denominado “Apresentação de Candidaturas” do Título III dedicado à “Organização do Processo Eleitoral” consagra um conjunto de normas referente ao “Poder de apresentação de candidaturas”.

XV.

Todo o conteúdo do artigo 16.º da LEOAL tem como propósito estabelecer as normas aplicáveis à apresentação das candidaturas a cada um dos órgãos das autarquias locais.

XVI.

Ou seja, o disposto no n.º 6 do artigo 16.º da LEOAL, quando estabelece que «ninguém pode ser candidato simultaneamente em listas apresentadas por diferentes partidos, coligações ou grupos de cidadãos» fá-lo referindo-se a um só órgão autárquico (exemplo: exclusivamente para uma assembleia de freguesia) e não para todos os órgãos autárquicos.

XVII.

Se não fosse este o entendimento e a vontade do legislador teria de ter consagrado a proibição de um cidadão ser candidato, simultaneamente, aos vários órgãos autárquicos (assembleia de freguesia, câmara municipal e assembleia municipal) em listas apresentadas por diferentes partidos, coligações ou grupos de cidadãos como mais uma inelegibilidade especial no já citado n.º 3 do artigo 7.º

XVIII.

Deliberadamente não o fez.

XIX.

As inelegibilidades especiais estão, pois, previstas no artigo 7.º da LEOAL, sendo que, no caso concreto, não se aplica qualquer uma delas.

XX.

O eleitor Manuel João Sampaio Tibo é o candidato número um da única lista apresentada por um grupo de cidadãos à Assembleia de Freguesia de Moimenta e o candidato número quatro da lista da “COLIGAÇÃO JUNTOS POR TERRAS DE BOURO — PPD/PSD e CDS/PP” à Câmara Municipal de Terras de Bouro.

XXI.

Candidata-se a dois órgãos completamente distintos com abrangências territoriais distintas e cujos programas eleitorais apresentados para as respetivas candidaturas não são incompatíveis.

XXII.

Também neste sentido, cf., MARIA DE FÁTIMA ABRANTES MENDES e JORGE MIGUEIS, *LEOAL versão anotada e comentada, 2005*, p. 36: «... uma adaptação do princípio constitucional contido no n.º 2 do artigo 51.º da CRP, que comporta um princípio geral óbvio, qual seja o de que esse eleitor não pode propor programas políticos diferentes para a mesma eleição.

Ainda que com diferenças de pormenor e muitas semelhanças, duas listas concorrentes a seu órgão autárquico estarão uma “contra” a outra na pugna eleitoral».

XXIII.

Trata-se, pois, de eleições diferentes para órgãos diferentes com programas distintos e nada incompatíveis.

XXIV.

A lista candidata à Assembleia de Freguesia de Moimenta compõe-se de um conjunto de cidadãos eleitores com e sem simpatias partidárias, com um programa direcionado à Freguesia de Moimenta.

XXV.

A lista candidata à Câmara Municipal de Terras de Bouro pela “COLIGAÇÃO JUNTOS POR TERRAS DE BOURO — PPD/PSD e CDS/PP” soma um conjunto de cidadãos eleitores, alguns militantes ou simpatizantes do PPD/PSD, outros do CDS/PP mas também cidadãos que não são nem uma coisa, nem a outra, e com um programa direcionado a todo o território do Município de Terras de Bouro».

Cumprir apreciar e decidir.

II. Fundamentação

1 — A questão que importa apreciar e decidir é a de saber se, na área do mesmo município, um cidadão pode integrar candidatura a diferentes órgãos autárquicos (no caso, câmara municipal e assembleia de freguesia), em listas com proponentes distintos (no caso, uma coligação e um grupo de cidadãos eleitores).

No capítulo atinente à capacidade eleitoral passiva da LEOAL dispõe-se no artigo 7.º (inelegibilidades especiais) que «nenhum cidadão pode candidatar-se simultaneamente a órgãos representativos de autarquias locais territorialmente integradas em municípios diferentes, nem a mais de uma assembleia de freguesia integradas no mesmo município» (n.º 3). Daqui decorrendo e reportando-nos ao caso concreto, que o cidadão Manuel João Sampaio Tibo é elegível para a Câmara Municipal de Terras de Bouro e para a assembleia de freguesia de Moimenta do Município de Terras de Bouro, sem prejuízo, uma vez eleito, do disposto no artigo 221.º, n.º 1, alínea b), da LEOAL.

Diferente é a questão de saber se Manuel João Sampaio Tibo pode ser candidato a estes dois órgãos integrado em listas propostas por entidades distintas — uma coligação, no caso da câmara municipal e um grupo de cidadãos eleitores, quanto à assembleia de freguesia.

2 — Sobre o poder de apresentação de candidaturas dispõe o artigo 16.º, estatuinto no n.º 6 que «ninguém pode ser candidato simultaneamente em listas apresentadas por diferentes partidos, coligações ou grupos de cidadãos». O que coloca a questão de saber se esta limitação vale ou não apenas relativamente ao mesmo órgão autárquico.

A inserção sistemática da norma em causa (capítulo relativo à apresentação de candidaturas e no artigo sobre o poder de apresentação de candidaturas), correspondendo a cada órgão das autarquias locais uma candidatura autónoma apresentada pelas entidades referidas no n.º 1 do artigo 16.º da LEOAL, aponta no sentido de a limitação estatuida no n.º 6 do artigo 16.º desta lei valer apenas relativamente ao mesmo órgão autárquico.

Abona no mesmo sentido o disposto nos n.ºs 2 e 3 do mesmo artigo: nenhum partido político, coligação ou grupo de cidadãos pode apresentar mais de uma lista de candidatos nem os partidos coligados podem apresentar candidaturas próprias para a eleição de cada órgão; e nenhum cidadão eleitor pode ser proponente de mais de uma lista de candidatos para a eleição de cada órgão. Coerentemente, no plano da “candidatura” individual, ninguém pode ser candidato simultaneamente em listas apresentadas por diferentes partidos, coligações ou grupos de cidadãos à eleição de cada órgão. O que prossegue a finalidade de *a mesma entidade, o mesmo cidadão e o mesmo candidato* não se envolverem em programas políticos distintos para a eleição do mesmo órgão.

De resto, se «a parte final do n.º 2 [do artigo 16.º], a contrario, admite que um partido político concorra isoladamente a um ou mais órgãos e coligado a outro ou outros, logo, nada parece impedir que um cidadão integre a lista desse partido para o órgão A e a coligação que ele constituiu para o órgão B» (*LEOAL — Versão anotada e comentada — Títulos I a III (artigos 1.º a 37.º) — Edição 2013*, disponível em www.cne.pt). Isto é: nada parece impedir que um cidadão integre a lista de um partido ou de uma coligação para o órgão A e a lista de um grupo de cidadãos eleitores para o órgão B. Tanto mais quanto, neste caso, estamos perante formas bem distintas de participação individual na vida política.

3 — Ainda que assim não se entenda, sempre seria de concluir, no caso, que nada impede que Manuel João Sampaio Tibo integre quer a lista que a coligação apresenta à câmara municipal quer a que o grupo de cidadãos eleitores apresenta à assembleia de freguesia.

Chega a esta mesma conclusão quem defenda, por entender que não é estanque o funcionamento dos diversos órgãos das autarquias locais, que a limitação decorrente do n.º 6 do artigo 16.º da LEOAL se estende à eleição de todos os órgãos, exceto se as entidades proponentes das listas em que o candidato se integra não apresentarem candidaturas concorrentes à eleição de um mesmo órgão. Caso em que não poderá ser apontado ao candidato o envolvimento em programas políticos concorrentes.

É o que sucede relativamente ao candidato Manuel João Sampaio Tibo, uma vez que a coligação “JUNTOS POR TERRAS DE BOURO — PPD/PSD e CDS/PP”, em cuja lista para a câmara municipal está integrado, não concorre à assembleia de freguesia de Moimenta (fl. 248). Na resposta apresentada pela mandatária desta coligação, não deixa de se concluir que os «programas eleitorais apresentados para as

respetivas candidaturas [à câmara municipal e à assembleia de freguesia] não são incompatíveis».

4 — Nada obsta, pois, a que o candidato Manuel João Sampaio Tibo integre listas apresentadas por entidades diferentes — uma coligação e um grupo de cidadãos eleitores — à Câmara Municipal de Terras do Bouro e à assembleia de freguesia de Moimenta.

III. Decisão

Pelo exposto, decide-se negar provimento ao recurso.

Lisboa, 9 de setembro de 2013. — *Maria João Antunes — Catarina Sarmiento e Castro — Maria José Rangel de Mesquita — João Cura Mariano — Maria de Fátima Mata-Mouros* (votei a decisão exclusivamente com fundamento no ponto 3 da fundamentação) — *Pedro Machete* (com declaração) — *Joaquim de Sousa Ribeiro*.

Declaração de voto

Votei a decisão apenas porque as duas listas de que o candidato Manuel João Sampaio Tibo faz parte não são concorrentes entre si em qualquer uma das eleições para órgãos autárquicos a realizar em 29 de setembro de 2013 na área do município de Terras de Bouro.

Com efeito, entendo ser condição necessária da transparência do processo eleitoral — a *ratio* fundamental do artigo 16.º, n.º 6, da LEOAL — que na área do mesmo município um cidadão não integre candidaturas a diferentes órgãos autárquicos em listas com proponentes diferentes e que concorram entre si em *qualquer uma* das eleições para aqueles órgãos (e não apenas nas eleições para o *mesmo* órgão). — *Pedro Machete*.

207262674

Acórdão n.º 533/2013

Processo n.º 816/13

Acordam, em Plenário, no Tribunal Constitucional:

I. Relatório

1 — O Partido Social Democrata — PPD/PSD (doravante “PSD”) apresentou, através do seu mandatário Jorge Ferreira Carreira, lista de candidatos às eleições para a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Colmeias e Memória, no Município de Leiria, a realizar em 29 de setembro de 2013 (cf. fls. 1 e ss.). No que releva para o presente recurso, indicou, como primeiro candidato, o cidadão Manuel Carlos de Sousa, com a profissão de “inspetor tributário” (cf. fls. 4 e 9), e, como terceira suplente, a cidadã Eva Catarina Caetano Louro, com a profissão de “chefe de secção — Makro” (cf. fls. 7 e 42).

Por despacho de 8 de agosto de 2013 (fls. 72 e ss.), foi o referido mandatário notificado para, no prazo de três dias, proceder a esclarecimentos quanto à atividade profissional dos candidatos especificados, de modo a poder comprovar-se a respetiva elegibilidade (cf. o artigo 26.º, n.ºs 1 e 3, da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, adiante referida como “LEOAL”). Na parte relevante, consignou o Mmo. Juiz *a quo* o seguinte:

«• Relativamente ao candidato Manuel Carlos de Sousa, na lista constante dos autos, vem indicada como profissão «Inspetor Tributário». Nos termos do artigo 6.º alínea *h*) da Lei n.º 1/2001 de 14.08 são inelegíveis “o inspetor-geral e os subinspetores gerais de finanças, o inspetor-geral e os subinspetores-gerais do Tribunal de Contas”. Assim, a indicação é insuficiente, devendo pois ser melhor concretizada a sua profissão de molde a permitir aferir a elegibilidade do mesmo de forma rigorosa.

• Quanto à candidata Eva Catarina Caetano Louro, a mesma tem como profissão indicada “chefe de secção”. Ora, tal indicação é insuficiente, atentas as profissões inelegíveis nos termos do disposto nos arts. 6.º e 7.º da Lei n.º 1/2001 de 14.08. Assim, deverá ser melhor especificada a sua profissão (cargo e local) de molde a permitir aferir tais formalidades de modo rigoroso.»

Este despacho foi notificado no mesmo dia, via fax, ao referido mandatário (cf. a cota de fls. 75).

Em 13 de agosto seguinte, o Mmo. Juiz *a quo* proferiu o seguinte despacho (cf. fls. 78):

«Uma vez que o Ilustre Mandatário, notificado do despacho que antecede (*onde eram apontadas deficiências na indicação das profissões de um candidato efetivo e outro suplente*), nada disse nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 26.º da Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais (LEOAL) [...], em conformidade com o preceituado no artigo 27.º, n.º 1 da mesma lei, são rejeitados os candidatos efetivo identificado em 1.º lugar e o suplente indicado em 3.º lugar, por não ser possível aferir da sua elegibilidade mercê

da falta de especificação das respetivas profissões, por referência ao cargo e local do respetivo exercício (artigos 6.º, n.º 1, alínea *h*) e 7.º da LEOAL).

Notifique, nos termos e sob a cominação prevista no n.º 2 do artigo 27.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto.»

Em 14 de agosto de 2013, o mandatário Jorge Ferreira Carreira deu entrada nos serviços do tribunal recorrido dos esclarecimentos constantes de fls. 80 e seguintes.

Em 19 de agosto de 2013, o Mmo. Juiz *a quo* proferiu o seguinte despacho (fls. 86):

«Na medida em que o candidato efetivo listado em 1.º lugar já tinha sido rejeitado por despacho de fls. 78 não admito as correções efetuadas à lista, por extemporâneas.

Porém, considerando que, embora o ilustre mandatário não tenha dado cumprimento ao disposto no artigo 27.º, n.º 2 da LEOAL, é possível perfazer o número legal de efetivos com os candidatos suplentes e, na ausência de qualquer impugnação a que alude o disposto no n.º 3 do artigo 25.º da LEOAL [...], admito a presente candidatura.

No entanto, o candidato listado com o n.º 2 passará a ocupar o lugar do candidato que se encontrava listado sob o n.º 1 (na medida em que este foi rejeitado) e os candidatos subsequentes o lugar dos candidatos que o precedem (artigo 27.º, n.º 2 da LEOAL). [...]

Cumpra o disposto no artigo 28.º da LEOAL e, na ausência de reclamações, o preceituado nos arts. 5 e 6 do artigo 29.º da mesma lei.»

Em 21 de agosto de 2013, o mandatário reclamou deste último despacho (cf. fls. 89-90), invocando, em primeiro lugar, o seguinte:

«Só tive conhecimento do despacho de 8/8/2013 em 12/8/2013 (via postal) visto que não me encontrava no escritório onde possuo fax.»

E, em segundo lugar, pugnou pela não procedência, em concreto, de qualquer inelegibilidade, solicitando, em consequência, a admissão da lista contendo os candidatos já mencionados anteriormente.

Os candidatos visados pela decisão de inelegibilidade apresentaram igualmente reclamação (cf., quanto ao candidato Manuel Carlos de Sousa, fls. 97 e ss.; e quanto à candidata Eva Catarina Caetano Louro, fls. 102 e ss.; as reclamações deram entrada, respetivamente, em 23 de agosto de 2013 e em 26 de agosto de 2013). Em 26 de agosto de 2013, o candidato Manuel Carlos de Sousa deu entrada de requerimento visando “reclamar complementarmente” e juntar novo documento (fls. 107 e ss.). Na mesma data, apresentou igualmente nova reclamação sustentando, em síntese o seguinte: (i) nem ele nem os candidatos suplentes cuja candidatura não foi aceite foram notificados da decisão de fls. 72 e ss., tendo-lhes sido, portanto, coartado o direito de reclamação; (ii) face ao decidido no Acórdão n.º 435/2005, devem ser admitidos os candidatos indicados como suplentes para além do quinto suplente.

2 — Por despacho de 26 de agosto de 2013, de fls. 134, foram as reclamações de fls. 89-90, 97-101, 102-104 e reclamações complementares indeferidas com os seguintes fundamentos:

«Não assiste razão aos reclamantes.

Na verdade, parecem confundir as diversas e subsequentes etapas previstas legalmente nesta fase do processo eleitoral e, ilegalmente, pretender atropelá-las.

Efetivamente, como referido no despacho reclamado, a lista apresentada na sequência da notificação do despacho de fls. 78 foi admitida por despacho de fls. 86; era até à prolação desse despacho que o Ilustre Mandatário poderia, por sua iniciativa, suprir quaisquer irregularidades. Não o tendo feito até à fase de admissão ou rejeição de candidaturas, situação apreciada no dito despacho de fls. 86 — e porque não estava em causa a hipótese prevista no n.º 2 do artigo 27.º da LEOAL —, não era mais, ultrapassada a fase processual de suprimento de irregularidades, permitida a apresentação de nova lista (neste sentido, afirmando que o suprimento das irregularidades das candidaturas apenas pode ocorrer até ao termo do prazo para suprir tais irregularidades ou até ao momento do despacho sobre a admissão ou rejeição de candidaturas, ainda que a irregularidade não haja sido detetada, solução que decorre do princípio da aquisição progressiva do ato do processo eleitoral, vide o Acórdão do TC n.º 438/2005 in DR, 2.ª série, n.º 203 de 21.10.2005, citado por António José Fialho na Compilação sobre Processo Eleitoral para os Órgãos das Autarquias Locais, ed. de 2003, p. 39, nota 93).

Assim, a correção efetuada à lista foi apresentada extemporaneamente, como decidido no despacho reclamado.

Inexiste qualquer nulidade nas notificações efetuadas.

Nos termos e pelos fundamentos expostos, indeferem-se as presentes reclamações.»

Em 27 de agosto de 2013, pelas 12h00, procedeu-se à afixação das listas definitivas à porta do tribunal (cf. fls. 147).